

Nova crise política Guiné-Bissau: não será a última

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Depois de um tão aguardado regresso à normalidade democrática, na sequência dos actos eleitorais de Abril de 2014, eis que a Guiné-Bissau mergulhou uma vez mais numa crise política e institucional que ameaça colocar em causa os resultados positivos dos últimos 15 meses de governação. Esta enésima crise — que, felizmente, até ao momento não alastrou às Forças Armadas — não constituiu uma surpresa. A degradação das relações políticas entre o Presidente e o primeiro-ministro há muito que era um segredo público dentro e fora da Guiné-Bissau. Ainda assim, a comunidade internacional — CEDEAO, CPLP, ONU, União Africana e União Europeia — julgou erradamente que o Presidente José Mário Vaz e o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira seriam capazes de evitar uma crise institucional.

Não é ainda claro qual vai ser o desfecho desta nova crise. Após ter demitido Domingos Simões Pereira, José Mário Vaz nomeou Baciro Djá para o cargo de primeiro-ministro, mas sem o aval do PAIGC, o partido com maior representação parlamentar. Em resposta, o Parlamento recomendou a exoneração de Baciro Djá e pediu ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que avaliasse a constitucionalidade da sua nomeação.

Se o STJ declarar inconstitucional a nomeação de Baciro Djá a crise política e institucional agrava-se mais ainda, colocando o Presidente numa posição próxima do insus-

tentável. Em sentido contrário, a declaração de constitucionalidade não colocará necessariamente um ponto final no diferendo. A crise poderá regressar ao plano político e o destino do governo — de iniciativa presidencial — estará nas mãos de Domingos Simões Pereira, do PAIGC e do Parlamento.

A ilação inevitável é que, sem diálogo e sem que uma das partes ceda, a crise política poderá estar ainda longe do seu epílogo. Ora, a última coisa de que a Guiné-Bissau necessita é de um impasse político e institucional sem solução à vista que possa colocar em causa o próprio apoio financeiro da comunidade internacional.

Em Março deste ano, na conferência internacional de doadores co-organizada pelo Governo de Domingos Simões Pereira, pela UE e pelo PNUD, foram prometidos à Guiné-Bissau mais de mil milhões de euros para financiar diversos projectos do seu plano estratégico e operacional para os próximos 10 anos. Naturalmente, estas verbas cruciais para a Guiné-Bissau não farão o seu caminho sem que a estabilidade institucional e a governabilidade do país estejam devidamente salvaguardadas.

Por isso, o impasse político terá de ser ultrapassado o mais rápido possível. Assim, se essa for a sua vontade, o representante especial do secretário-geral da ONU para a Guiné-Bissau, Miguel Trovoada, poderá funcionar como mediador entre as partes. Não haja ilusões,



no entanto: serão os actores políticos guineenses que, através do diálogo e da negociação, terão de encontrar uma solução que respeite a Constituição, caso contrário a estabilidade e a paz, a boa governação democrática e o progresso socioeconómico serão, uma vez mais, os danos colaterais na luta pelo acesso e controlo do poder. O representante permanente do Brasil junto das Nações Unidas e actual presidente da Comissão de Consolidação da Paz da ONU, António Patriota, referia recentemente que as Nações Unidas defendiam “uma melhor delimitação das esferas de competência do Presidente e do primeiro-ministro, de modo a evitar instabilidade e fragilidade”.¹ De certo modo, Patriota colocou o dedo na ferida, identificou a origem do problema, mas depois limitou-se a recomendar uma aspirina. Por outras palavras, Patriota reconheceu que existe um problema de natureza constitucional, mas depois não deu o passo lógico no sentido de reconhecer que o sistema semipresidencialista é um foco estrutural de instabilidade na Guiné-Bissau.

A incapacidade de dirimir as divergências políticas através do diálogo tem seguramente várias explicações, nomeadamente de natureza cultural e sociológica. Porém, o sistema semipresidencialista, a partir do momento em que institui dois pólos de poder legitimados democraticamente num contexto adverso como é o da Guiné-Bissau, contribui também para potenciar e exacerbar a conflitualidade política. Na ausência de um regime democrático consolidado, o conflito político entre o Presidente e o primeiro-ministro — decorrente da luta pelo acesso e o controlo dos recursos do Estado — é quase inevitável.²

Infelizmente, a conclusão lógica a retirar da crise política e institucional a que estamos a assistir é que não será a última.

1 “Nações Unidas não querem ver nova instabilidade na Guiné-Bissau” (*Antena 1*, 29 de Agosto de 2015).

2 Paulo Gorjão, “Guiné-Bissau: o eterno regresso à instabilidade institucional” (*IPRIS Comentário*, No. 28, 15 de Agosto de 2015).

EDITOR | Paulo Gorjão
EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

